

MUDANÇAS NAS REGRAS DOS VALES ALIMENTAÇÃO E REFEIÇÃO

NÃO PODEM PREJUDICAR O TRABALHADOR

Em mais um novo ataque ao Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), **que garante a alimentação de qualidade para 25 milhões de trabalhadores brasileiros e suas famílias**, a Associação Brasileira de Supermercados (Abras), insiste em apresentar soluções enviesadas, falaciosas e infundadas sobre o setor de benefícios dos vales alimentação e refeição.

É espantoso que um setor da economia avoque para si, de maneira aloprada e autoritária, o direito de interferir nas diretrizes de outro mercado. Ao invés de apresentar propostas de seu setor que realmente reduzam os valores pagos pelo consumidor na “boca do caixa”, **a Abras tem buscado culpar as empresas do PAT pela alta da inflação**. Não faz o menor sentido!

A entidade dissemina ainda que as empresas de benefícios cobram taxas exorbitantes dos estabelecimentos comerciais. Um estudo realizado pela Tendências Consultoria e entregue ao Governo Federal comprova que **as taxas são, na realidade, em média, de 3,5% a 4,5%**.

AUMENTO DE CUSTO PARA OS BARES E RESTAURANTES:

A Abras propõe, com a portabilidade, permitir a transferência da gestão do benefício para empresas de delivery, que cobram **taxas de 27,5% dos bares e restaurantes**. Incentivos cruzados do delivery para o benefício provocarão uma concorrência desleal no setor e os **custos serão repassados ao preço da refeição, que ficará mais cara** e aumentará a inflação.

ESTATIZAÇÃO DO PAT:

Outra proposta absurda é transformar os vales alimentação e refeição em “dinheiro na conta”, na Caixa, com a criação de novo monopólio estatal. Contrariando as práticas da livre concorrência, a Abras sugere a estatização dos vales alimentação e refeição, afirmando que isso reduzirá a inflação. **Esse discurso é fora da realidade**, pois os vales não têm relação com a inflação de alimentos. Além disso, a estatização é um atentado à liberdade econômica.

PAGAMENTO EM DINHEIRO:

O recebimento em dinheiro permitirá a aquisição de produtos não alimentícios, como bebidas alcoólicas, cigarros e até a realização de apostas, **empobrecendo a nutrição dos trabalhadores**, com total desvio da finalidade do PAT.

MAIS ENCARGOS TRABALHISTAS E FISCAIS:

O pagamento dos vales alimentação e refeição em dinheiro significará aumento de encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais, pois seria considerado remuneração pela legislação vigente. **Isso traz inúmeros riscos ao trabalhador**, inclusive de perder o benefício e o emprego, como também às empresas.

PORTABILIDADE:

Outra proposta apresentada de forma enviesada pela Abras é a regulamentação da portabilidade dos vales alimentação e refeição, o que não reduzirá os preços dos alimentos e tampouco a inflação. Ao contrário, com a portabilidade, as empresas emissoras oferecerão incentivos para o trabalhador migrar de emissor, os quais originarão custos que serão repassados aos estabelecimentos comerciais, elevando o preço dos produtos e serviços. **Ou seja, mais inflação e menos alimento saudável no prato e nas mesas dos trabalhadores!**

Além disso, diferente da portabilidade no setor bancário, na qual a migração traz benefícios ao cliente, com a redução de taxas ou tarifas, a migração dos vales alimentação e refeição não trará vantagem alguma para o trabalhador. Os vales são pré-pagos pelo empregador e as taxas são pagas pelos estabelecimentos comerciais.

A portabilidade tem ainda o risco de reduzir a quantidade de empresas facilitadoras e aumentar a concentração no setor, pois **afetará significativamente as pequenas e médias empresas**, que representam a maioria do segmento e não dispõem de recursos para concorrer com as maiores.

INTEROPERABILIDADE:

Contrária à portabilidade, a ABBT considera a implantação da interoperabilidade a solução para o setor, na medida em que propiciará o uso dos vales alimentação e refeição, independentemente do emissor, em todos os estabelecimentos comerciais. Com isso, os trabalhadores terão liberdade para escolher onde utilizar seu benefício, fomentando a competição saudável e garantindo melhores preços e serviços.

O desespero da Abras em culpar o PAT devolve os holofotes para a própria associação supermercadista, que parece mirar para todos os lados e acaba por acertar em suas próprias associadas e consumidores.

Vale lembrar que, no passado, a Abras defendeu o fim da distribuição gratuita de sacolinhas plásticas e dizia que os supermercados deixariam de gastar R\$ 500 milhões por ano. **Houve grande expectativa de que com uma despesa menor, os supermercadistas reduziriam o preço dos produtos ao consumidor. Isso jamais aconteceu!**

NÃO PODEMOS COLOCAR EM RISCO, COM A IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS ALOPRADAS, UM PROGRAMA QUE GARANTE A ALIMENTAÇÃO E A SAÚDE DO TRABALHADOR POR DÉCADAS. ESSA LUTA É DE TODOS OS TRABALHADORES!

